

Do Mito do Fundador ao Mito do Édipo: possíveis contribuições psicanalíticas

Autoria: Félix João Rossato Neto

Resumo

A partir da reflexão do significado do mito como tendo sua função de organizar o psiquismo, pois este é o elo de comunicação entre o inconsciente e o consciente, este artigo teórico tem como objetivo analisar o Mito do Fundador, geralmente, típico das organizações familiares, utilizando o referencial da psicanálise para compreender o significado dos mitos nas organizações familiares da sociedade contemporânea. Analisar como a compreensão do Mito de Édipo pode nos auxiliar na revelação e na interpretação do conhecimento das verdades das origens. Ou mais especificamente, como podemos relacionar o Mito de Édipo e sua conseqüente ou antecedente castração com o processo sucessório nas organizações familiares. Apesar de a literatura administrativa endossar que o sucesso da empresa está intimamente ligada ao esforço do fundador, a Psicanálise entende que esse herói (fundador) é fruto de uma construção familiar, que vai ocupar um lugar, onde são projetados todos os desejos e fantasias para um ideal de ego identificado com esse fundador. Quanto mais esse mito estiver próximo de uma realidade, mais “chances” desse indivíduo portador de identificações e projeções alcançar o que é desejado. Quando mais narcisista, mais irreal forem essas projeções, menos chances de lograr sucesso nesse empreendimento.

1 Introdução

Vivemos em um mundo dominado pelas imagens, onde o progresso individual surge de imagens projetadas e impressões errôneas. Nesse contexto, torna-se difícil discriminar a realidade da fantasia e o que nós somos daquilo que os produtos que consumimos sugere que sejamos. A cultura do narcisismo aboliu a disciplina coletiva e o trabalho concentrado, em favor de um mundo de impressões, aparências e disfarces. Hoje predominam as imagens, a busca frenética de satisfação, a velocidade, a fugacidade dos relacionamentos, com uma hipersexualização que busca apenas o prazer e prescinde de qualquer relação mais profunda. (Eizirik, 2004).

Nas palavras de Motta e Freitas (2000), o homem que constrói no cotidiano os seus sonhos, que se enreda nos seus delírios, que aspira a um lugar onde o belo e o perfeito sejam possíveis, também paga preço exorbitante pelo que sonha e realiza. Esse homem, para Motta e Freitas (2000), tem medo e receio de não ser reconhecido, sofre em sua angústia de ser considerado ultrapassado e desnecessário em sua busca de afirmação e de validade pessoal que é também transferida para o estatuto profissional.

Como afirma Hausen (2005), em uma sociedade de aceleração, a percepção, a capacidade de abstração, de fazer relações, de internalizar conceitos são atacadas. Nesse processo, o simbólico desvanece-se. É proibido perder-se tempo, uma vez que normatiza um tempo intensivo, que abrevie processos e acelere ritmos. Dessa forma, também abrevia e acelera o tempo necessário à elaboração, demandado pela postergação e que viabiliza o acesso a simbolização.

Nesse sentido, o mito tem como sua função a organização do psiquismo, pois a presença do mito na mente do homem é constante, a qual é tão-somente transformada no processo de desenvolvimento do indivíduo e do grupo. Para Azoubel Neto (1993), o mito tornou-se, ao longo do tempo, um fenômeno psíquico inconsciente. Nos povos primitivos, os mitos conservam-se mais ou menos em estado de origem e são transmitidos pela força da tradição, seja ela verbal ou não verbal. Nos povos civilizados, os mitos também conservaram suas características básicas, muito embora os rituais pré-fixados tenham sido modificados ao longo do tempo, descaracterizados, confundidos e diluídos na complexidade da vida moderna. Segundo Bion (2000), o mito é o sonho da humanidade, e o sonho, o mito do indivíduo.

Mas, como fica o entendimento do Mito do Édipo nas organizações familiares da sociedade contemporânea? A sociedade da aceleração postula outra exigência enquanto metáfora da castração entendida no mito do Édipo: que o tempo seja o da instantaneidade, que não se perca tempo, que se regulamenta um tempo intensivo que os corpos sejam obrigatoriamente usados, que a espera seja desqualificada, enquanto tempo de passagem do desejo à ação. Mas o tempo, para a psicanálise, não é tempo da cronologia, e a temporalidade humana inscreve-se em um tempo cronológico.

Ou mais especificamente, como podemos relacionar o mito de Édipo e sua conseqüente ou antecedente castração com o processo sucessório nas organizações familiares? Sobretudo pensando no sentido de dois caminhos que podem se apresentar:

a) o primeiro, da possibilidade de *matar* o pai (o fundador, ou seu representante) naquilo que ele significa de autoritarismo, poder absoluto, ego ideal, impossibilidade de deixar ocupar seu lugar para que viva, por identificação, o que é admirável, passível de ser seguido, transformado, tornado valor pessoal. Parafraseando Goethe, fazendo propriedade pessoal aquilo que era herança;

b) o segundo de deixá-lo tão vivo como figura idealizada, representante do autoritarismo, do tudo saber que inviabiliza que a sucessão se processe. Os pioneiros, no psiquismo dos sucessores, não cedem espaço para que se inove, modernize, permanecendo os ideais familiares escolhidos, tornados próprios pelos que agora detém o comando. Como Arendt afirma, lugar de herdeiro que não sabe o que poderá ou não fazer com as posses deixadas.

A partir dessas questões, esse artigo teórico tem como objetivo analisar o mito do fundador, geralmente, típico das organizações familiares, utilizando do aporte que a psicanálise investigando questões antropológicas pode através da compreensão do mito como comunicação entre o inconsciente e o consciente auxiliar na revelação e na interpretação do conhecimento das verdades das origens.

O presente artigo estará articulado primeiramente buscando as referências do mito do fundador no campo da administração, para posterior entendimento do mito para psicanálise, e por fim, a análise e a interpretação do Mito de Édipo e o Complexo da Castração associada ao mito do fundador das organizações familiares.

1 O Mito do Fundador na Literatura da Administração

Diferentemente da Antropologia e da Psicanálise, na Administração não se tem uma definição de mito que não seja apropriada de autores de outras áreas do conhecimento para serem utilizadas nos textos organizacionais. Para escrever sobre mitos, os autores dos estudos organizacionais, geralmente, buscam em outras ciências as definições que podem ser utilizadas e aplicadas conforme os interesses em questão. Na maioria das vezes, conforme o posicionamento ideológico e de entendimento das teorias organizacionais dos autores que escrevem para a Administração, estes farão suas escolhas seja se apropriando de uma forma mais compreensiva – “crítica”- para lançar novos olhares aos fenômenos que acontecem nas organizações, ou de uma forma mais “gerencialista”- pragmática para obterem “receitas” de como administrar melhor a organização. Ou seja, os mitos para a Administração podem servir para várias vertentes de pensamento e de ações.

Nem sempre juntos, o mito aparece, em grande parte, nos estudos sobre cultura organizacional e, nos estudos sobre empresas familiares, quando se referem ao mito do fundador. É comum, nos textos sobre cultura organizacional, se ler sobre mitos. Pode-se fazer uma distinção nessas leituras entre os mitos quando estão contextualizados como um dos elementos da cultura organizacional, e quando são trabalhados a partir da função do mito do fundador, apesar de que muitas vezes, estas duas perspectivas encontrarem-se misturadas.

Um dos livros mais difundidos sobre cultura organizacional, escrito por Maria Ester Freitas (1991), primeiramente dedica um subcapítulo sobre estória e mitos. Neste subcapítulo, a autora citada considera a estória como as narrativas baseadas em eventos ocorridos, que informam sobre a organização e que reforçam o comportamento existente enfatizando como este comportamento se ajusta ao ambiente organizacional. Para Freitas (1991), os mitos se diferenciam das histórias, mesmo quando se referem à histórias consistentes com os valores da organização, por não serem sustentados pelos fatos. Para a citada autora, o mito da “grande família” é um dos mais utilizados pela literatura.

Para Fleury (1987), em nível das organizações, é possível observar como certos símbolos são criados e estabelecidos procedimentos implícitos e explícitos para legitimá-los. O mito da empresa como uma grande família, exemplifica esta criação de um mito, integrando vários significados e os processos de sua legitimação. Desvendar o mito da grande família – como ele foi sendo construído, que significado assumiu para cada categoria de empregado – parece ser um passo importante para a análise do universo simbólico. A imagem da grande família é frequentemente utilizada pelas organizações para reforçar o clima de camaradagem e confiança, além do comprometimento das pessoas para com os objetivos organizacionais. Na grande família da empresa, o conflito entre capital e trabalho é substituído pela cooperação. Para Fleury (1987), o mito da família revela assim duas faces presentes nas relações de trabalho: a face visível de solidariedade, de cooperação, e a face oculta da dominação e submissão.

Baxtan (1999) é outro autor que, quando se reporta a descrever os elementos da cultura organizacional, na qual os mitos estão inseridos, aponta a existência nas organizações, dos mitos de origem, dos mitos da refundação e dos mitos da missão final, em que cada um tem sua força cultural e o líder os utiliza para implantar a cultura. Inspirado principalmente em Eliade, para Baxtan (1999), o mito dá sentido ao trabalho, ao esforço, a integração da vida em grupo. O mito é um relato que pode chegar a sacralizar qualquer “coisa” (a história, o território, a liderança, etc.).

Para Freitas (1991), existe quase uma unanimidade entre diversos autores (SCHEIN, DYER, ANZIZU, PETTIGREW, MARTIN) na importância dos fundadores no estabelecimento de uma cultura organizacional, ela estuda como estes relacionam a cultura e o fundador. Ao analisar Schein, a autora escreve como a influência dos fundadores se dá principalmente nos primeiros estágios, pois na medida em que o grupo amadurece e compartilha novas experiências de aprendizagem podem ocorrer modificações nos pressupostos iniciais.

Porém, Freitas (1991) reconhece que o crédito ao fundador tem sido superestimado para as questões organizacionais. Nessas relações entre o mito do fundador e a cultura organizacional, Freitas necessariamente não está se referindo ao mito do fundador das empresas familiares.

Ao contrário de Baxtan (1999, p.148) que escreve que o fundador cria a empresa “do nada” e seria o responsável pela criação da cultura organizacional.

Baxtan (1999) faz relações de três mitos baseados na teoria de Eliade com a vida das organizações: Os cosmogônicos (relativos à origem do mundo e das coisas), os soteriológicos (relativos à história da salvação e da refundação) e os escatológicos (relativos ao fim e ao final da vida).

Em outro livro que aborda a questão da Cultura Organizacional, onde também se encontra uma definição para mito, Tavares (1999) escreve como a mitologia de um povo, o conjunto de mitos que ele retém é transmitido socialmente para as gerações seguintes. Para a citada autora, tal como todo o povo tem seu mito de origem, seu herói civilizador, as organizações também o possuem. Porém, a autora não faz referências específicas no capítulo aos autores dos conceitos dos quais se apropria.

A figura do fundador nas empresas familiares tem um aspecto primordial com a sua criação e o seu desenvolvimento. Consoante com o mito do fundador, credita-se todo o sucesso da empresa ao seu desempenho. Mesmo que a literatura sobre empresas familiares não aborde muito o tema sobre o mito do fundador é interessante constatar que essa figura tem uma aúrea mítica perpassando a figura do herói, ressaltando que, muitas vezes, os conceitos de herói e mito são tratados como iguais. Enquanto na Antropologia, entende-se que existe diferença entre esses conceitos, pois sucintamente, enquanto o herói é alguém que está vivo, o mito decorre de alguém que já morreu.

Para Lodi (1993) muitos estudos sobre empresários procuram focalizar as suas lembranças de infância, onde aparecem temas relacionadas à pobreza, à perseguição, à emigração, à morte, à solidão, à privação material, à carência afetiva, à deserção, à orfandade. O referido autor explica que esse cenário de turbulência familiar, gerador de conflito de identidade pessoal, tem na empresa um instrumento de cura. Ou seja, a empresa é tida como uma terapia do eu empresarial, onde a organização fundada se torna o meio mais tangível de adquirir a auto-estima que ele procura, o reconhecimento de seu valor e a aceitação pela figura paterna.

A questão do empreendedorismo, principalmente em relação aos primórdios do negócio, tem um papel importante nos estudos da Administração, e vem sendo objeto de estudo para algumas publicações sobre empresas familiares. Leone (2005) aponta duas motivações para o início de uma empresa: a primeira motivação se refere ao anseio de independência pessoal e liberdade dos fundadores expressos no seu desejo de ser dono de seu próprio negócio, entre as quais destaca-se: auto-realização, rendimento particular, criação de um produto ou serviço, materialização de uma habilidade específica, independência financeira, posse de seu próprio negócio; a segunda motivação está ligada ao desejo de encontrar uma oportunidade e explorá-la, o que representa um desafio. A literatura voltada para a Administração tem destacado sempre a figura do empreendedor/fundador para o início de um empreendimento, deixando de lado outros componentes importantes como a família, a economia e as relações de poder.

Percebe-se a enaltação de toda a explicação para o prosseguimento do empreendimento familiar na figura do fundador, pois, como Lodi (1993) ressalta, somente quando o fundador pretende abrir caminho para os sucessores ou para os futuros sucessores dá-se o nascimento da empresa familiar. Ainda, para Lodi (1993), a empresa familiar deve possuir valores institucionais que se identificam com um sobrenome de família ou com a figura do fundador.

Mas não basta somente ter esse fundador como referencial, de acordo com Bernhoeft (1987), além de manter os membros da família na administração dos negócios, destacando a empresa familiar como um ideal (do fundador) que deu certo, uma empresa familiar é aquela que possui sua origem e sua história vinculadas a uma família.

Muitas famílias brasileiras que possuem empresas familiares tem sua gênese nos imigrantes. A literatura como se observa em Grzybovski (2002, p. 53-54) ressalta que o sentimento de solidariedade dos imigrantes é reproduzido por muitos fundadores das empresas brasileiras, “enquanto empreendedores e patriarcas, na agregação de familiares na estrutura formal da organização, os quais passam a incorporar nos postos-chaves pessoas da família (filhos, sobrinhos, primos, esposas, genros, irmãos)”. Esses membros que formam a organização, com a convivência diária, acabam incorporando valores, costumes, tradições e propósitos que tornam uma empresa singular.

Para Bernhoeft e Castanheira (1999) o perfil do empresariado brasileiro é formado por características comportamentais de um povo imigrante que teve muitas dificuldades para se estabelecer no país. O sofrimento desse imigrante para dar as condições ideais de vida aos filhos primogênitos se estendeu ao ambiente empresarial, influenciando diretamente nas características e nos valores da empresa e no comportamento do líder em relação ao grupo e à

organização. Para Grzybovski (2002) o sistema administrativo baseado na lealdade e na submissão da empresa familiar, determinante do sucesso do empreendimento durante a primeira geração, é herança desse primeiro período. Esse tipo de comportamento pode resultar em grandes riscos para a continuidade do empreendimento, porque, quando entram na sociedade, os filhos trazem consigo novos valores e crenças, diferentes daqueles dos fundadores.

De acordo com Grzybovski (2002), mesmo com a saída do fundador, o planejamento e a administração do negócio pode continuar sendo feita de forma semelhante ao primeiro dono, porém, com enfoque alterado, estilos de liderança diferenciados, formação teórica e prática renovada. Por isso, o processo sucessório é um assunto relevante e, ao mesmo tempo, delicado.

Grzybovski (2002, p. 164) observa que:

ter o referencial do pai ou avô como herói pressupõe aceitar seus conselhos, sentar ao seu lado para ouvi-lo contar histórias vividas e, sutilmente, levá-lo a transmitir o conhecimento empírico que lhe possibilitou gerar o patrimônio atual. Para o fundador, por sua vez, o ouvinte (filho, neto, genro) representa a crença de que os valores serão perpetuados, de que seus sucessores serão *os guardiães da memória*. Ao sentir a segurança de que o empreendimento terá continuidade, com os mesmos fundamentos adotados até então, o fundador reconhece o seu sucessor; cuja escolha, por isso, independe de sexo, idade ou hereditariedade.

Depois de apresentado como a administração vem trabalhando o conceito do mito do fundador, estabelecemos a discussão: qual a importância do mito do fundador? Como a psicanálise pode nos ajudar a explicar e revelar as questões inconscientes envolvidas nos mitos de origem, principalmente quando reportamo-nos ao mito do Édipo. Primeiramente, é importante entendermos o significado e a função do mito para a psicanálise.

2 O Mito para a Psicanálise

Ao se pensar, psicanaliticamente, o mito como um elo entre o inconsciente e o consciente, é preciso, como nos sonhos, decifrar seus símbolos e enigmas para chegar à verdade. Nas palavras de Bion (1977), o modelo dos mitos permite representar uma intersecção entre o imaginário e o real, o concreto e o abstrato, e da mesma forma entre o conhecer e o não conhecer as verdades originais.

Bion, em sua obra, utilizou muitos relatos mitológicos para a construção de distintos modelos. Os mitos podem ser tanto privados como coletivos e universais. Bion (2000) definiu a dimensão do mito como sendo a dimensão do “como se”, ou seja, no espaço e tempo da pré-história da mente. Sendo um defensor de construções de modelos nos quais incluía os mitos, as imagens, as metáforas, as analogias com funções fisiológicas, tinha como finalidade estabelecer uma ligação entre os processos de abstração e os de uma concretização sensorial.

Os mitos universais citados por Bion (1977) deixam claro quão dolorosa é a busca do conhecimento também nos mitos individuais de cada pessoa. Por essa razão, forma-se em graus muito variáveis, de um indivíduo para outro, uma tendência a evitar o sofrimento que acompanha a busca inconsciente pelo conhecimento.

Segundo Bion (1991), a dimensão dos mitos deve ser entendida através do fato de que todo o mito universal é uma extensão coletiva dos mitos de que cada indivíduo, separadamente, é portador. É, como se, na interpretação de Zimmerman (1995), a criação de mitos universais – como o de Édipo – tivesse, em sua essência, a função de servir como um fato selecionado, que desse expressão e coerência aos caóticos mitos privados de cada indivíduo. Bion (1977) julga que um mito edípico, de “status” privado, faz parte integrante do espírito humano. É esta versão individual do mito que permite a criança pequena tomar contato, realmente, com os pais.

Em seus primeiros estudos relativos ao conhecimento, o referido autor utilizou os mitos de Édipo, do Éden e da Torre de Babel, sendo que mais tarde, em sua obra, ele

acrescentou as narrativas míticas da morte de Palinuro e o da morte do rei de Ur. A produção imaginária coletiva que está contida no mito equivale à fantasia inconsciente. Diferentemente de Freud, que estudou o mito de Édipo sob o enfoque pulsional, Bion o fez sob o enfoque do conhecimento. Ou seja, para Bion, Édipo foi punido por querer, com uma curiosidade arrogante, conhecer a verdade proibida pelos deuses (pais). No Mito de Éden, tal como no Mito de Édipo, Bion observa a mesma curiosidade arrogante descrita no Gênesis (1,17), quando Deus adverte Adão e Eva: “[...] Porém da árvore da Ciência do Bem e do Mal não comerás, por que o dia que a comeres morrerás”, em que a desobediência do casal de “filhos” quanto à proibição de conhecer é punida severamente por Deus. Já no Mito da Torre de Babel, aparece outro exemplo da curiosidade ligada à arrogância do homem que ao desejar chegar perto e conhecer a intimidade de Deus (chegar ao céu, à morada de Deus) é punido com uma destruição da capacidade de comunicação, através da confusão de línguas.

Bion (1977) buscou nesses mitos elementos ligados a uma atividade de conhecimento. Partindo deste ponto de vista, encontrou modelos primitivos para o crescimento mental. Seja no mito de Édipo, mas também nos mitos do Éden e de Babel, onde respectivamente, tem-se a esfinge, a árvore do conhecimento e a torre. No jardim do Éden, o pai proibiu que o fruto da árvore do conhecimento fosse comido. A serpente incita a mulher a desconsiderar a interdição. A revelação do Bem e do Mal acarreta sentimentos de culpa e a expulsão do paraíso terrestre. No mito de Babel, os homens tentam entrar no reino de Jeová construindo uma imensa torre. Esta curiosidade também é punida com o banimento e com a destruição da língua comum. A confusão se alastra pela terra, ao mesmo tempo em que a cooperação se torna impossível.

Bion extraiu desse mitos componentes capazes de “espelhar” no interior alguns traços próprios aos elementos da psicanálise:

- Um deus (ou um destino) se opõe à obtenção do saber pelos seres humanos. Este princípio superior pertence a uma ordem moral.
- A penetração ou a ingestão resultam numa expulsão. A proibição recai principalmente sobre o saber acerca da sexualidade e do prazer.
- Cada uma dessas situações estimula o desejo proibido.

Nesse sentido, ao buscar em Bion a definição de mito, entende-se esse conceito como uma comunicação entre o consciente e o inconsciente, uma metáfora, tal como um sonho, que ao ir desvendando seus símbolos permite se chegar à verdade, que, segundo Bion (2000), quando reveladas, trazem o conhecimento que, muitas vezes, não é permitido ter acesso.

Bion, segundo Zimerman (1995), reconheceu a extraordinária importância da aplicação à psicanálise que Freud deu ao mito de Édipo, porém, Bion (1991) se propôs a estudar outros elementos psicanalíticos contidos na narrativa e que não foram destacados por Freud nas primeiras investigações, porquanto elas foram obscurecidas pelo componente sexual do drama.

Se para Bion a definição de mito auxilia no entendimento da busca pelo conhecimento e da verdade dos mitos de origem nas organizações familiares, em Freud como em Rank, encontram-se fundamentos que explicam o mito do herói.

Porém, Freud também estudou mito em seu sentido mais amplo. A psicanálise, para Azoubel Neto (1993), descobre e localiza a presença do mito como uma condição real, atuante e atual no inconsciente. Freud estava, conforme Azoubel Neto (1993), a princípio mais preocupado com o complexo do que com o mito. Ele percebeu o sentido do mito ao constatar que se tratava de uma relação universal e isso se configurou como uma descoberta relevante. Apesar de, desde o início, Freud ter uma certa noção da participação dos mitos nos mecanismos do funcionamento mental, pois a estruturação do complexo de Édipo sugere uma pré-condição que se baseia na existência do mito no inconsciente.

O mito, assim como o inconsciente, seria testemunha de uma pré-história, uma construção imaginária posterior, a respeito do que teriam sido as origens de um povo. Anzieu (apud GREEN, 1994) toma emprestado de Freud uma fórmula muito expressiva: os mitos são as lembranças encobridoras dos povos – pois para Freud a interpretação do simbolismo no mito era tão insuficiente quanto uma interpretação dos sonhos que se limitasse à análise dos seus símbolos. O mito entra numa categoria sincrônica, onde se encontram igualmente o rito, o folclore, a magia, as criações artísticas – do lado das produções culturais – e o sonho, o fantasma, até mesmo o sintoma – do lado das formações inconscientes individuais.

Para Azoubel Neto (1993), a lenda constitui o relato de um mito; lendas costumam ser restos do que ficou dos mitos, contados e recontados através dos tempos. Recolhe-se aquilo que sobrou e chegou até os dias atuais, onde restam retalhos, fragmentos do que foi um dia, uma estória original. O mito, pela sua característica de atemporalidade, continua presente em todas as lendas, o que quer dizer, no cotidiano da vida de cada homem.

Azoubel Neto (1993) defende o conceito de processo primário de Freud como predominante na mente do homem primitivo, mas que continua existindo, o tempo todo, como um legado desse estágio primitivo no desenvolvimento da mente humana. O nascimento de um símbolo na mente do homem corresponde ao aparecimento de uma forma de pensar que já contém uma certa lógica. Uma vez que o homem desenvolveu essa capacidade mítica para a criação de símbolos, os sons vocais puderam ser transformados em palavras e, a partir daí, numa forma estruturada de linguagem.

Ao desenvolver em si a capacidade para formação do pensamento mítico, Azoubel Neto (1993) afirma que o homem deu um passo decisivo no processo de humanização. Para o autor citado, a Humanidade tem início com o aparecimento de uma forma mítica de pensar. O mito nasce com o esforço do homem para responder uma pergunta, para satisfazer a uma curiosidade. Explica-se daí a importância da esfinge na lenda grega, no Mito do Édipo. Para Freud (1921), a identificação, que ocorre no complexo edípico, é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele, e tomar seu lugar em tudo, dessa forma, o menino tem a figura do pai como seu ideal.

Desde cedo, pensando nas organizações familiares, o menino, quando crescer, vai querer ocupar o lugar do pai. Além da rivalidade com o pai, como aponta Freud (1921), existem as competições fraternas, em que a criança mais velha inveja a mais nova. O filho mais velho certamente gostaria de ciumentamente pôr de lado seu sucessor, mantê-lo afastado dos pais e despojá-lo de todos os seus privilégios; mas, à vista de essa criança mais nova (como todas as que virão depois) ser amada pelos pais tanto quanto ele próprio, e em consequência da impossibilidade de manter sua atitude hostil sem prejudicar-se a si próprio, aquele é forçado a identificar-se com as outras crianças.

Ainda, para Freud (1921), os membros do grupo (pode-se pensar em família) achavam-se sujeitos a vínculos, tais como os que se percebe atualmente; porém, o pai da horda primeva, era livre. Os atos intelectuais deste pai eram fortes e independentes, mesmo no isolamento, e sua vontade não necessitava do reforço de outros. A congruência leva a presumir que seu ego possuía poucos vínculos libidinais; ele não amava ninguém, a não ser a si próprio, ou a outras pessoas, na medida em que atendiam às suas necessidades. Freud (1921) interpreta que o pai primevo da horda não era ainda imortal, como posteriormente veio a ser, pela deificação. Se morria, tinha de ser substituído; seu lugar era provavelmente tomado por um filho mais jovem, que até então fora um membro do grupo como qualquer outro.

Para Freud (1921), ainda hoje os membros de um grupo permanecem na necessidade da ilusão de serem iguais e justamente amados por seu líder; ele próprio, porém, não necessita amar ninguém mais, pode ser de uma natureza dominadora, absolutamente narcisista, autoconfiante e independente. As características misteriosas e coercivas das formações

grupais, o que Freud (1921) descreve presentes nos fenômenos de sugestão que as acompanham, podem assim, com justiça, ser remontadas à sua origem na horda primeva. O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade. O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o ego no lugar do ideal do ego. Para Freud (1921), o indivíduo precisa abandonar seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo, tal como é corporificado no líder.

Freud (1921) alerta que talvez algum indivíduo, na urgência de seu anseio, tenha sido levado a libertar-se do grupo e a assumir o papel do pai. Quem conseguiu isso foi o primeiro poeta épico e o progresso foi obtido em sua imaginação. Esse poeta disfarçou a verdade com através de mentiras consoantes com seu anseio: inventou o mito heróico. O grupo multiplica esse processo. O mito da natureza transformou-se num mito humano: as deusas do tempo tornaram-se as deusas do Destino.

Para Freud (1921), quando a imaginação de um povo liga o mito de nascimento que se está examinando a uma figura fora do comum, está pretendendo, dessa maneira, reconhecê-la como herói e anunciar que ela correspondeu ao modelo regular de uma vida de herói. Na verdade, contudo, a fonte de toda ficção poética é aquilo que é conhecido como o ‘romance familiar’ de uma criança, no qual o filho reage a uma modificação em sua relação emocional com os genitores e, em especial, com o pai. Os primeiros anos de uma criança são dominados por uma enorme supervalorização do pai; em consonância com isso, rei e rainha nos sonhos e nos contos de fadas invariavelmente representam os genitores. Mais tarde, sob a influência da rivalidade e do desapontamento na vida real, a criança começa a desligar-se deles e a adotar uma atitude crítica para com o pai. Assim, ambas as famílias do mito — a aristocrática e a humilde — são reflexos da própria família da criança, tal como lhe apareceram em períodos sucessivos de sua vida. O herói é alguém que teve a coragem de rebelar-se contra o pai e, ao final, sobrepujou-o vitoriosamente.

Conforme Freud (1921), mostra como a identificação da mente grupal é semelhante com a mente dos povos primitivos. Nos grupos, as idéias mais contraditórias podem existir lado a lado e tolerar-se mutuamente, sem que nenhum conflito surja da contradição lógica entre elas. Um grupo, ainda, está sujeito ao poder verdadeiramente mágico das palavras, que podem evocar as mais formidáveis tempestades na mente grupal, sendo também capazes de apaziguá-las.

No entendimento de Freud (1921), os grupos nunca ansiaram pela verdade e exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente, os grupos dão ao que é irreal precedência sobre o real: são quase tão intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas. O que Le Bon (apud FREUD, 1921) diz sobre o tema dos líderes de grupos é que seres vivos se reúnem em certo número, sejam eles um rebanho de animais ou um conjunto de seres humanos, se colocam instintivamente sob a influência de um chefe.

Freud (1921) afirma que, embora dessa maneira, as necessidades de um grupo o conduzam até meio caminho ao encontro de um líder, este, contudo, deve ajustar-se àquele em suas qualidades pessoais. Deve ser fascinado por uma intensa fé (numa idéia), a fim de despertar a fé do grupo; tem de possuir vontade forte e imponente, que o grupo, que não tem vontade própria, possa a ele se submeter. Le Bon (apud FREUD, 1921) discute então os diferentes tipos de líderes e os meios pelos quais atuam sobre o grupo. Em geral, acredita que os líderes se fazem notados por meio das idéias em que eles próprios acreditam fanaticamente. Além disso, atribui tanto às idéias quanto aos líderes um poder misterioso e irresistível, a que chama de “prestígio”. O prestígio é uma espécie de domínio exercido sobre os homens por um indivíduo, por um trabalho ou por uma idéia. Paralisa inteiramente as faculdades críticas e enche os indivíduos de admiração e de respeito.

Em sua obra “O mito do Nascimento do Herói”, Otto Rank (1961) busca relacionar teorias mitológicas que procuram explicar a história do nascimento e a infância de heróis, reis e príncipes míticos, fundadores de religiões, dinastias, impérios e cidades, em síntese, heróis nacionais, por meio de uma quantidade de lendas e relatos poéticos, que apesar de suas diferentes nacionalidades, separadas, muitas vezes, por distâncias geográficas e temporais e de existências totalmente independentes, apresentam uma similitude e, até, uma correspondência exata entre si. Essas coincidências levaram o citado autor a propor alguns entendimentos para esses fenômenos:

1- A existência de pensamentos elementares, de modo tal que a coincidência dos mitos seria necessária à disposição uniforme da mente humana e o modo de sua manifestação que, dentro de certos limites, seriam idênticos em todo tempo e lugar.

1- A explicação baseada em uma origem comum, as formas folclóricas e relatos legendários paralelos disseminados por todo mundo. Oriundos de um lugar próprio (Índia), estes relatos primeiro haviam sido aceitos pelos povos de relações mais próximas, logo haveriam continuado a crescer, ainda que conservando sempre os principais fundamentos comuns, e por fim difundidos por toda a terra.

2- A teoria moderna da migração ou préstimo, segundo o qual os mitos individuais se originam em povos definidos (especialmente o babilônico) e são recolhidos por outros povos através da tradição oral (comércio e tráfico) ou através das influências literárias.

Independente das investigações terem demonstrado que a Babilônia é a fonte mais provável dos mitos, segundo Rank (1961), a questão primordial consiste nem em como nem em quando chegaram os mitos a certo povo, mas como o principio das origens do mito se remontam a um protótipo tão antigo.

As manifestações da relação íntima que existe entre o sonho e o mito – não só com respeito ao conteúdo, mas também a forma e as forças motrizes destas e outras estruturas psíquicas – justifica plenamente a interpretação do mito como um sonho dos povos.

Os mitos, pelo menos em principio, são estruturas da faculdade humana da imaginação, que em determinada época foram projetadas, por certas razões, a esfera celeste, podendo ter sido transferidas secundariamente aos corpos celestes, com seus enigmáticos fenômenos.

Otto Rank (1961), em sua obra, analisa brevemente os ciclos míticos dos heróis biográficos, aqueles mais conhecidos, em seu entendimento (Sargon, Moisés, Karna, Édipo, Paris, Télefo, Perseu, Gilgames, Ciro, Tristão, Rômulo, Heracles, Jesus, Sigfrido, Lohengrin), onde expõe os temas mais importantes e que se repetem constantemente. Rank (1961) observa a existência dos distintos mitos citados uma configuração comum, ou seja, apesar de diferirem externamente, a configuração interna é muito semelhante. Rank (1961) elabora um mote padrão que seguiria o esquema abaixo apresentado.

O herói descende de pais da mais alta nobreza; habitualmente é filho de um rei. Sua origem é precedida por dificuldades tais como continência ou esterilidade prolongada, ou a relação sexual secreta dos pais, a causa da proibição externa e outros obstáculos. Durante a gravidez, ou anteriormente a mesma, se produz uma pequena profecia na forma de um sonho ou de um oráculo que adverte contra o nascimento, anunciando um perigo em relação ao pai ou o seu representante. Por regra geral, o filho é abandonado as águas em um recipiente. Logo é recolhido e salvo por animais ou gente humilde (pastores) e amamentado por algum animal ou uma mulher de modesta condição. Uma vez transcorrida a infância, descobre sua origem nobre de maneira altamente variável; e logo, por um lado, se vinga de seu pai, e por outro, obtém reconhecimento de seus méritos, alcançando finalmente as honras que correspondem a sua posição.

As relações normais do herói com seu pai e sua mãe aparecem regularmente perturbadas em todos esses mitos, segundo a revisão de Rank (1961). O desligamento do

indivíduo no crescimento da autoridade dos pais, constitui um dos passos mais necessários, mas também penosos da evolução. Tal desligamento é absolutamente necessário e cabe supor que tem ocorrido em certa medida em todos os indivíduos normais e maduros. O progresso social se baseia essencialmente em tal oposição entre duas gerações. Para a criança os pais são antes de tudo a única autoridade e fonte de toda fé. O desejo mais intenso e ardente da criança é parecer-se com os seus pais. O esforço de substituir o pai real por outro mais distinguido, com o tempo, não é senão a expressão da nostalgia do filho por aquela época feliz desaparecida, em que o pai todavia é o mais forte e o maior dos homens, e a mãe é a melhor das mulheres.

As novelas familiares escrita por Freud (1908) e os mitos heróicos revelam ao longo de seu desenvolvimento um esforço de libertar-se dos pais, e esse mesmo desejo se desprende da fantasia da criança na época em que precisa emancipar-se. Nesse sentido, o ego da criança se comporta como o herói do mito, e na realidade o herói deve ser sempre interpretado como um ego coletivo, dotado de todas as excelências.

Resumindo, nos pontos essenciais do mito do herói, se encontra: a descendência de pais nobre, o abandono em um rio – dentro de um recipiente – e a criança a cargo de pais de humildes condições, a qual segue em curso posterior do relato, o regresso do herói a seus primeiros pais, com ou sem o castigo correspondente. É perfeitamente evidente que as lutas paternas do mito correspondem a luta real e imaginária da fantasia novelesca.

Para Freud (1908), na verdade, todo o progresso da sociedade repousa sobre a oposição entre as gerações sucessivas. Os pais constituem para a criança pequena a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos. O desejo mais intenso e mais importante da criança nesses primeiros anos é igualar-se aos pais (isto é, ao progenitor do mesmo sexo), e ser grande como seu pai e sua mãe. Contudo, ao desenvolver-se intelectualmente, a criança acaba por descobrir gradualmente a categoria a que seus pais pertencem. Vem a conhecer outros pais e os compara com os seus, adquirindo assim o direito de pôr em dúvida as qualidades extraordinárias e incomparáveis que lhes atribuíra. No período já mencionado a imaginação da criança entrega-se à tarefa de libertar-se dos pais que desceram em sua estima, e de substituí-los por outros, em geral de uma posição social mais elevada. Esses acontecimentos fortuitos despertam a inveja da criança, que encontra expressão numa fantasia em que seus pais são substituídos por outros de melhor linhagem.

A criança mais nova tende especialmente a utilizar essas histórias imaginativas para despojar os irmãos mais velhos de suas prerrogativas — de uma maneira que lembra as intrigas históricas; e com freqüência não hesita em atribuir à mãe tantos casos de amor fictícios quantos são os seus competidores. Pode então surgir uma interessante variação desses romances familiares, e um que o herói e autor tem uma legitimidade reconhecida enquanto seus irmãos e irmãs são declarados bastardos. Se estiverem operando também outros interesses, estes podem determinar o curso do romance familiar, já que a multiplicidade e amplitude de formas permite-lhe satisfazer toda uma série de requisitos.

Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres. Ela dá as costas ao pai, tal como o conhece no presente, para voltar-se para aquele pai em quem confiava nos primeiros anos de sua infância, e sua fantasia é a expressão de um lamento pelos dias felizes que se foram.

Apesar de já ter sido citado, é importante aprofundarmos um pouco mais na discussão da questão edípica e a sua relação com o Complexo de Castração.

2.1 O Mito do Édipo e o Complexo da Castração

É importante trazer, para o entendimento do Édipo, a visão de um antropólogo sobre esse mito. Rocha (1999) escreve o mito do Édipo, como uma lembrança mitológica grega, que é um permanente desafio ao pensamento, uma clássica tragédia teatral, como testemunho vivo da magnitude que se pode extrair de um palco, superinterpretado por alguns dos grandes gênios do saber ocidental. Para o autor, Édipo é, antes de tudo, um mito grego, que narra o sofrimento e o caminho de um homem. Considera sua história, talvez, um dos mais estranhos retratos da alma humana. Édipo e seu destino, às vezes, faz lembrar uma multiplicidade de espelhos onde se refletem universos existenciais radicalmente próximos. Nele, são projetados desejos, imagens, sentido de longo alcance. O mito se deixa eternamente interpretar, e esta interpretação torna-se, ela mesma, um novo mito. As interpretações não esgotam o mito, pois a ele se agregam como novas formas de o mito se expor suas mensagens. Segundo Rocha (1999), novas interpretações, outros mitos. Um mito ao ser interpretado vai apresentar a sua face como refletida no espelho de cada interpretação, ou seja, o mito de Édipo será, em larga medida, aquilo que a interpretação quiser que ela seja. Tantas interpretações, tantos reflexos. Uma interpretação, um mito, uma imagem no espelho.

Para Rocha (1999), na psicanálise, o Édipo aparece, para Freud, como um modelo do drama existencial humano. Édipo é equacionado à questão da ambivalência dos sentimentos, da difícil vivência dos amores e ódios inconscientes na tríade familiar.

Azoubel Neto (1993), psicanalista que estuda profundamente a antropologia, escreve que o surgimento do mito de Édipo na mente humana constitui um acontecimento momentoso no processo de desenvolvimento do pensamento. Parece ser, ao que se tem evidência, um marco decisivo na história, ou melhor, na pré-história da formação do psiquismo humano. Se as descobertas de Freud e daqueles que o sucederam como investigadores psicanalíticos estiverem certos, como se supõe, ter-se-á descoberto uma parte importante e obscura do psiquismo humano, do processo de humanização.

No entendimento de Azoubel Neto (1993), é necessária uma revisão da lenda de Édipo a partir do pensamento de Freud (1913 e 1921), onde a horda primitiva (composta basicamente pelo macho principal e pelas fêmeas, que eram sua propriedade e de quem os outros machos nem ousavam aproximar-se, sob pena de sérias represálias) tinha de lidar com um problema social importante: o que fazer com os seus descendentes? Uma possibilidade seria sacrificar os seus descendentes quando estes acabavam de nascer. Alguns chefes mais inteligentes, ao não sacrificar os seus filhos, segundo Azoubel Neto (1993) teriam se apercebido que poderiam criar os machos para serem úteis na obtenção de alimentos e depois, na defesa da horda, contra o ataque de animais selvagens e o assédio de outros grupos que pretendessem desaloja-los das cavernas onde se encontravam. Para o autor citado, uma das soluções encontradas para garantir essa preservação inofensiva tenha sido a castração. Nesse caso, ao nascerem, os filhos machos seriam castrados pelo “pai” ou a mando deste, afastando em princípio, a ameaça ao poderio sexual do chefe. Restaria, simultaneamente, a tarefa de impedir a qualquer custo a entrada de estranhos vindos de outras hordas e com a possibilidade de competição.

Segundo Azoubel Neto (1993), um ou outro recém-nascido poderia escapar a castração, fugindo do controle do chefe, fosse por descuido, pelo desgarramento de fêmeas extraviadas ou por algum fator imprevisível. Certas ou incertas circunstâncias bem que poderiam possibilitar o crescimento de um Moisés pré-histórico, ao abrigo de forças protetoras ou alimentado também por sentimentos de vingança. Para o referido autor, qualquer hipótese estaria confluindo para um ponto semelhante nos relatos primitivos da história de Édipo: a morte do pai, do velho chefe e a sua sucessão. Um ‘filho’ surgia, vindo de fora ou escondido no seio da horda e, numa contenda, numa emboscada, matava o “pai”, acasalando-se com as mulheres, ocupando o lugar dele.

Porém, para Azoubel Neto (1993), a lenda de Édipo precisaria ser recontada, pois para o autor, o complexo edípico forma-se na criança através de uma relação com o pai, visto como um ser muito poderoso e que tinha não somente todas as mulheres, mas muitos atributos. Existem, para o autor, muitos outros modos de imaginar-se a evolução de uma lenda a partir de um mito, pois é sempre um relato dramático da história do homem diante de si mesmo. É importante destacar que se trata de um fato pré-histórico e sobre o qual o nosso conhecimento é, tão-somente, inconsciente.

É que a psicanálise, através do estudo do inconsciente humano, tornou-se um método de investigação do passado no presente, um meio de esclarecer uma parte da pré-história da vida mental dos seres humanos através do estudo das funções primitivas da mente. Dessa forma, para Azoubel Neto (1993), a formação do complexo de Édipo é como uma formação nuclear, capaz de influir e mesmo participar do desenvolvimento do processo de pensar, pois para o autor, o processo de simbolização da mente humana estaria associada a culpa de matar o pai, decorrendo daí o surgimento do Superego.

Em síntese, para Azoubel Neto (1993), o pai, na horda primitiva, não era propriamente um pai na acepção mais moderna do conceito; era uma espécie de dono, de chefe; ele tornou-se “pai” através de sua morte e incorporação de sua carne, de seus atributos. A partir de um crime que uniu pela primeira vez os “irmãos” em torno de uma causa – a conquista dos privilégios do chefe; um crime que foi preciso cometer e depois perpetuar, para qual “não” existe perdão, em que se é obrigado a carregar suas conseqüências pelo resto da existência. Tais conseqüências chamamos de culpa. Os homens em geral e por necessidades narcísicas sempre preferiram a ilusão de que, na construção do universo, gozaram de privilégios sobre todas as espécies.

Nesse sentido, nas organizações familiares, o pai, desde o princípio, “prepara” o filho não para ser seu sucessor, mas para ser sua sombra, que não pode se aproximar da mãe – “empresa” – e tomar o seu lugar. Os filhos que, por ventura, venham no futuro assumir a empresa desse pai, surgem depois da morte do pai ou quando este não tem mais condições de dirigir a empresa. Geralmente esses filhos se defrontam com a questão de substituir o pai que morreu para dirigir a empresa do mesmo, ou seguir sua carreira profissional fora da empresa da família. Para assumir a organização familiar, é necessário que esse filho “mate” simbolicamente esse pai, e reconheça suas virtudes e fraquezas, assim como as suas próprias.

Para Azoubel Neto (1993), a curiosidade do homem para ir ao encontro do que desconhece de si mesmo, da sua natureza, está bem formulada na lenda de Édipo. Édipo quer saber a verdade, custe o que custar. Quando Édipo está convencido de que foi ele o causador das desgraças que recaem sobre o seu povo, aplica a si mesmo o castigo: cega-se e condena-se à pobreza e ao desterro, como um substitutivo para a castração. Ao tomar para si próprio a coragem e o dever de castigar-se por um pecado cometido, Édipo arrebatada das mãos dos deuses o direito do homem de tentar estabelecer o próprio destino. Mostra que o arbítrio do homem depende desse gesto audacioso, capaz de inaugurar uma possibilidade de conseqüências imprevisíveis – a criação, na mente humana, de uma consciência de si mesmo, quer dizer, de uma identidade. O autor refere-se da formação, na mente do homem, de uma instância crítica e punitiva que Freud chamou de ‘Superego’ (Freud, 1923), considerando-o o verdadeiro e legítimo herdeiro do complexo de Édipo.

Se o herdeiro, na organização familiar, não sabe nada a respeito de si mesmo, mas, no momento, que “descobre” o seu inconsciente, aí começa a dar-se conta de que desconhece muito mais do que sabia que não sabia, ou seja, é necessário que ele se aproprie daquilo que é seu, de sua herança. Na lenda de Édipo, a apreensão do conhecimento corresponde a uma ampliação da consciência, ou melhor, mais especificamente, ao desenvolvimento de uma consciência moral, a qual contém a consciência de culpa. Mas isso é o mesmo que falar sobre

a origem do Superego, que substitui internamente a instituição dos deuses (do pai super poderoso). Com seu gesto corajoso, punindo-se a si mesmo, Édipo arrebatada dos deuses uma certa quantidade de poder, o qual consiste principalmente na introjeção de uma função que antes era um privilégio divino. A cegueira de Édipo tem, portanto, o papel de impedir a visão do externo, o que equivale a dizer, de impedir a projeção sobre os objetos externos. É um enunciado trágico, com um poder representação dramática muito grande, e Édipo vale-se dele num momento de desespero.

Segundo Hausen (2005), o conceito de castração, que está inserido na tríade Édipo/castração/repressão, norteia a teoria da sexualidade, uma das portas de entrada da psicanálise para o mundo do conhecimento científico e cultural. Freud ao propô-la, apresentou-a como vivência que se oferece como organizadora do aparelho psíquico sustentada no seu temor e gerando a saída do narcisismo.

O Complexo de Castração, segundo Hausen (2005) juntamente com o Complexo de Édipo é a base na qual se estrutura os desejos que fundam e instituem o sujeito em sua relação com o mundo, operando em sua subjetivação. É a possibilidade de reconhecer que os limites do corpo estão aquém do desejo e admitir a quebra de um sentimento de onipotência que o Eu insiste em sustentar, em sua relação imaginária com o outro. É a quebra de uma forma idealizada de ser no mundo. A castração, como símbolo, está permanentemente se repetindo, ao longo da vida do sujeito, delatando, denunciando, a impossibilidade de se apreender o mundo em suas relações afetivas através de um Eu. Repete-se assim como foi anunciada por anterior a vivências de perda: o seio materno e o produto de seu corpo quando da experiência do controle esfínteriano. Remete-se, de forma ampla, a uma alusão à função do pai como portador da lei que interdita e normatiza os limites da relação diádica da mãe com o filho. A aceitação da castração, por parte do filho, constitui o registro simbólico, o ingresso no triângulo edípico propriamente dito e representa o grande desafio às ilusões narcisistas (Zimermam apud Hausen, 2005).

Para Hausen (2005), a lei da interdição pode se vestir de maneiras diversas. A castração é proposta, então, como a submissão a uma norma postulada em um tempo e lugar. Ao transpormos o entendimento psicanalítico exposto acima por Hausen (2005) para a compreensão das organizações familiares podemos pensar, como Freud, que um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele, e tomar seu lugar em tudo, dessa forma, o menino tem a figura do pai como seu ideal. Desde cedo, pensando nas organizações familiares, o menino, quando crescer, vai querer ocupar o lugar do pai. Para Freud (1908), na verdade, todo o progresso da sociedade repousa sobre a oposição entre as gerações sucessivas. Os pais constituem para a criança pequena a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos. O desejo mais intenso e mais importante da criança nesses primeiros anos é igualar-se aos pais (isto é, ao progenitor do mesmo sexo), e ser grande como seu pai e sua mãe. Contudo, ao desenvolver-se intelectualmente, a criança acaba por descobrir gradualmente a categoria a que seus pais pertencem. Vem a conhecer outros pais e os compara com os seus, adquirindo assim o direito de pôr em dúvida as qualidades extraordinárias e incomparáveis que lhes atribuíra. No período já mencionado a imaginação da criança entrega-se à tarefa de libertar-se dos pais que desceram em sua estima, e de substituí-los por outros, em geral de uma posição social mais elevada.

Dessa forma, a possibilidade de simbolicamente *matar* o pai (o fundador, ou seu representante), pode ser relacionado ao auto-conhecimento do filho, reconhecendo as suas qualidades e os seus defeitos, assim como a do seu pai, a da sua família, a da empresa e das relações que se estabelecem entre pai-filho-família-empresa, podendo transformar o pensamento narcísico em simbólico (reconhecendo a figura do pai) e apropriando-se dessa herança.

Porém, quanto mais narcisista, mais irreais forem essas projeções familiares, menos chances de lograr sucesso nesse empreendimento. Se pensar em um fundador enquanto um pai, quanto mais esse pai for onipotente, querendo ser e determinar a lei dessa família (empresa), mais dificuldade haverá na sucessão dessa “empresa”. Ao ser detentor do conhecimento, esse pai não permitindo que os outros possam compartilhá-lo, pois tem medo de perder o poder, e, dessa forma, ao ser o representante dessa lei, e, por conseguinte, não permitindo que essa lei possa ser simbólica. Sendo assim, não é transmitida para a geração seguinte os seus conhecimentos e os seus direitos, e os herdeiros precisam destruir essa lei (empresa) para se apossarem de seus saberes e poderes como na narrativa de Totem e Tabu, onde o mito da origem, na interpretação de Freud (1913), é necessário que os filhos matem esse pai que se desdobra na figura de um pai onisciente e onipresente. Ou seja, conforme esse pai está representado na empresa, os filhos terão diversas formas de “matarem” simbolicamente essa figura paterna, para darem prosseguimento ou não ao empreendimento familiar.

Nesse caso, os filhos, como afirma Hausen (2005), não tem tempo necessário para que se processe o reconhecimento da diferença, da tolerância ao outro, do reconhecimento do limite e da conseqüente busca da complementaridade, a escolha é rápida porquanto baseada na semelhança, no que supostamente se conhece no si-mesmo. Ao mesmo tempo em que para os pais, conforme Hausen (2005), seguir sendo objeto do desejo dos filhos é prazeroso aos pais, uma vez que isso leva a que não se marque a passagem do tempo, não se marque a diferença das gerações.

Considerações Finais

Apesar da literatura administrativa endossar que o sucesso da empresa está intimamente ligada ao esforço do fundador, a Psicanálise entende que esse herói (fundador) é fruto de uma construção familiar, que vai ocupar um lugar, onde são projetados todos os desejos e fantasias para um ideal de ego identificado com esse fundador. Quanto mais esse mito (aqui a definição de Bion em que o mito se situa entre a realidade e a fantasia, entre a mentira e a verdade, entre o real e o imaginário) estiver próximo de uma realidade, mais “chances” desse indivíduo portador de identificações e projeções alcançar o que é desejado. Quando mais narcisista, mais irreal forem essas projeções, menos chances de lograr sucesso nesse empreendimento.

Conforme Freud (1921), o herói reivindica haver agido sozinho na realização da façanha, à qual certamente só a horda como um todo ter-se-ia aventurado. Porém, como Rank (1961) observou, os contos de fadas preservaram traços claros dos fatos que foram desmentidos, porque neles amiúde descobre-se que o herói, tendo de realizar alguma tarefa difícil (geralmente o filho mais novo e não poucas vezes um filho que se fez passar, perante o substituto paterno). Ademais, todas as tarefas dos mitos e contos de fadas são facilmente reconhecíveis como sucedâneos do feito heróico.

Assim, o mito é o passo com o qual o indivíduo emerge da Psicologia do grupo, no caso, a família. Para Freud (1921), o primeiro mito foi certamente o psicológico, o mito do herói; o mito explicativo da natureza deve tê-lo seguido muito depois. O poeta que dera esse passo, com isso libertando-se do grupo em sua imaginação, é, não obstante (como Rank, 1961 observa ainda) capaz de encontrar seu caminho de volta ao grupo na realidade — porque ele vai e relata ao grupo as façanhas do herói, as quais inventou. No fundo, esse herói não é outro senão ele próprio. Assim, desce ao nível da realidade e eleva seus ouvintes ao nível da imaginação. Seus ouvintes, porém, entendem o poeta e, em virtude de terem a mesma relação de anseio pelo pai primevo, podem identificar-se com o herói.

Ainda Freud (1921), a mentira do mito heróico culmina pela deificação do herói. Talvez o herói deificado possa ter sido mais antigo que o Deus Pai e precursor do retorno do pai primevo como deidade. A série dos deuses, então, seria cronologicamente esta: Deusa

Mãe — Herói — Deus Pai. Mas só com a elevação do pai primevo nunca esquecido a divindade adquire as características que ainda hoje nela se identifica. O homem faz uso de sua atividade imaginativa a fim de satisfazer os desejos que a realidade não satisfaz. Assim, sua imaginação rebelou-se contra o reconhecimento da verdade corporificada no mito das Moiras e construiu em seu lugar o mito dele derivado, no qual a Deusa da Morte foi substituída pela Deusa do Amor e pelo que lhe era equivalente em forma humana.

Ao se pensar em um fundador enquanto um pai, quanto mais esse pai for onipotente, querendo ser e determinar a lei dessa família (empresa), mais dificuldade haverá no processo sucessório. Ao ser detentor do conhecimento da empresa e da lei, esse pai não permite que os outros possam compartilhá-lo, pois tem medo de perder o poder, e, dessa forma, ao ser o representante dessa lei, e, por conseguinte, não permitindo que essa lei possa ser simbólica, e sendo assim, transmitida para a geração seguinte os seus conhecimentos e os seus direitos. Os herdeiros precisam destruir essa lei (empresa) para se apossarem de seus saberes e poderes como na narrativa de Totem e Tabu, onde o mito da origem, na interpretação de Freud (1913), é necessário que os filhos matem esse pai que se desdobra na figura de um pai onisciente e onipresente. Esse pai, representação máxima da potência e do excesso, tinha sobre os filhos, ao mesmo tempo, poder de vida e de morte, foi necessário que um dia, os filhos, unidos, se rebelassem e assassinassem o pai, instituindo, com o crime, a primeira sociedade que inaugura a civilização. A sociedade se consolida nesse ato de devoração do pai, instituindo a figura do pai morto, representante dos ideais, valores, normas e leis indispensáveis à civilização.

Ou seja, conforme esse pai está representado na empresa, os filhos terão diversas formas de “matarem” simbolicamente essa figura paterna, para darem prosseguimento ou não ao empreendimento familiar.

Referências

- AZUBEL NETO, David. **Mito e Psicanálise**: estudos Psicanalíticos sobre formas primitivas de pensamento. Campinas : Papyrus, 1993.
- BAXTAN, Angel. **Cultura Organizacional**. México:UDL, 1999.
- BERNHOEFT, Renato. **Empresa Familiar**: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida. São Paulo: Ibecon, 1987.
- _____. **Governança na Empresa Familiar**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BERNHOEFT, R. (Org.) **Empresas familiares brasileiras**: perfil e perspectivas. São Paulo: Negócio, 1999.
- BION, W.R. **The Grid**. Revista Brasileira de Psicanálise. São Paulo. Vol.7, n.1, 1973.
- _____. **Two papers: the grid and caesura**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- _____. **Cogitações**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.
- _____. **Elementos em psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- EIZIRIK, Cláudio. **Revista de Psicanálise (SPPA)** Porto Alegre, 2004.
- ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- FLEURY, Maria Teresa Leme. Estórias, mitos, heróis - cultura organizacional e relações do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v.27, n.4, p. 7-18, out./dez.1987.
- FREITAS, Maria Ester. **Cultura Organizacional**: Formação, Tipologias e Impacto. São Paulo: Makros, 1991.
- FREITAS, Maria Éster. A questão do imaginário e a fronteira entre a cultura organizacional e a psicanálise. In: MOTTA, Fernando e FREITAS, Maria Éster (org.). **Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FREUD, S. (1900) **A interpretação dos sonhos**. Edição Standard Brasileira, Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

- _____. (1908) **Romances Familiares**. Edição Standard Brasileira, Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. (1913) **Totem e Tabu**. Edição Standard Brasileira, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. (1916) **Conferência XXIII - Os caminhos da formação dos sintomas**. Edição Standard Brasileira, Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. (1921) **Psicologia de grupos e análise do ego**. Edição Standard Brasileira, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GERSICK, Kelin E. et alii,. **De geração para geração: ciclo de vida das empresas familiares**. São Paulo: Negócio Editora, 1997.
- GREEN, André. **O desligamento: Psicanálise, antropologia e literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GRZYBOVSKI, Denize. **O administrador na empresa familiar: uma abordagem comportamental**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- HAUSEN, Denise. **Castração: um tempo, um lugar**. Revista Psicologia Argumento, Curitiba, v.23, n.41, p. 37-46, abr/jun.2005.
- LEONE, Maria. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado**. São Paulo: Atlas, 2005
- LODI, João Bosco. **O fortalecimento da empresa familiar**. São Paulo: Atlas, 1986.
- _____. **Sucessão e conflito na empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- _____. **A empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- _____. **A ética na empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- RANK, Otto. **El mito del nacimiento del heroe**. Buenos Aires: Editora Paidós, 1961.
- ROCHA, Everardo. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TAVARES, Maria da Graça. **Cultura Organizacional: uma abordagem antropológica para da mudança**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.